



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

CACILDA SOUZA DE MORAIS

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: o caso
da Creche Antônio Souza Maranhão Júnior na zona rural do Conde

JOÃO PESSOA
2017

CACILDA SOUZA DE MORAIS

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: o caso
da Creche Antônio Souza Maranhão Júnior na zona rural do Conde

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr.^a Maria do Socorro Xavier Batista, tendo como requisito a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

JOÃO PESSOA

2017

M827p Morais, Cacilda Souza de.

As práticas pedagógicas da educação infantil do campo: o caso da Creche Antônio Souza Maranhão na zona rural do Conde / Cacilda Souza de Morais.

– João Pessoa: UFPB, 2017.

52f. : il.

Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação do campo. 2. Educação infantil. 3. Políticas públicas. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376(043.2)

CACILDA SOUZA DE MORAIS

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO: o caso
da Creche Antônio Souza Maranhão Júnior na zona rural do Conde

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr.^a Maria do Socorro Xavier Batista, tendo como requisito a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 13 / 06 / 2017.

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Xavier Batista
Orientadora-UFPB

Prof.^a Dr.^a Adelaide Alves Dias
Examinador (a)-UFPB

Prof.^o Dr.^o Mariano Castro Neto
Examinador(a)-UFPB

Dedico este trabalho à minha família, em especial, a minha mãe Maria José, e ao meu pai, Geraldo Gomes (em memória), e aos meus filhos: Mayk, Janrays e Kairon, e todos que acreditaram na minha vitória.

A educação deve ser integradora integrando os estudantes e professores numa criação do conhecimento comumente partilhados. O conhecimento, atualmente, é produzido longe das salas de aula [...] mas não é criado e recriado pelos estudantes e pelos professores nas salas de aula.

(FREIRE, 1986, p.19).

AGRADECIMANETOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me deu energia e benefícios para concluir este trabalho. Ao meu filho primogênito, Mayk Ravandiere, por ter acreditado na minha capacidade contribuindo com o meu ingresso nesta instituição.

Ao meu amigo Jailson Batista dos Santos (Jajá) que esteve a todos instantes me apoiando e incentivando e me ajudando nos momentos difíceis da vida acadêmica e também pessoal.

A minha amiga Miranda Meira, pelo apoio nos momentos de dificuldades surgido no período acadêmico me transmitindo paz e segurança.

A minha cunhada Dalila da Silva Santos e ao seu filho Leandro, pelo o apoio e carinho e o cuidado que tiveram comigo nesta jornada.

A minha orientadora Maria do Socorro Xavier Batista, por ter participado da minha pesquisa na pousada do Conde e por ter tido paciência em me orientar.

A todos os membros da Creche Antônio Souza Maranhão Junior, que me trataram com muito carinho e atenção.

Aos meus familiares que acreditaram em mim, não deixando enfraquecer em momentos que pensei desistir.

Aos meus colegas de trabalho, que estiveram juntos compreendendo minha correria contribuindo com conselhos, orientações sobre as dificuldades que encontraria na vida acadêmica e pelo carinho que tiveram comigo nesta longa caminhada.

RESUMO

Este trabalho se deu no município do Conde, tendo como objetivo geral, conhecer as experiências e práticas pedagógicas de professores(as) de uma creche do campo, em que, os objetivos específicos foram: identificar as práticas pedagógicas da educação infantil da creche Antônio de Souza Maranhão Junior, reconhecendo as políticas de educação infantil do campo, e caracterizar as práticas pedagógicas de Educação Infantil no Campo. A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e analítico. Os procedimentos de investigação utilizados foram: observação, entrevistas semiestruturadas com professoras da referida Creche, e análise de documentos. O estudo fundamenta-se em autores que tratam da temática Educação Infantil do Campo, tais como: Silva (2012); Pasuch (2012); Da Silva (2012); Caldart, (2012). No tocante aos resultados, foi possível inferir que a creche Antônio Souza Maranhão Junior, atende parcialmente as exigências previstas nos Parâmetros Básicos de Infraestruturas para Instituições de Educação Infantil, porém, não atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009, art. 8º, §3º que trata das adaptações das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil que atendem às crianças do campo. Identificou-se também, que apesar das deficiências estruturais discordantes dos Parâmetros, em termos de infraestrutura e de profissionais, a creche conta com uma equipe de professores muito dedicada, no entanto, necessitam de capacitação para melhor desenvolver suas práticas.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Educação Infantil. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work was carried out in the municipality of Conde, with the general objective of knowing the experiences and pedagogical practices of teachers in a kindergarten in the field, in which the specific objectives were: to identify the pedagogical practices of early childhood education Antônio de Souza Maranhão Junior, Recognizing the policies of children's education in the field, and characterize the pedagogical practices of Early Childhood Education in the Field. The research is qualitative, exploratory and analytical in nature. The investigation procedures used were observation, semi-structured interviews with teachers of the referred Day Care and analysis of documents. The study is based on authors who deal with the theme of Infantile Education in the Field, such as: Silva (2012); Pasuch (2012); Da Silva (2012); Caldart, (2012). Regarding the results, it was possible to infer that the Antônio Souza Maranhão Junior crèche partially meets the requirements of the Basic Infrastructure Parameters for Early Childhood Education Institutions, but does not comply with the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education of 2009, art. 8, paragraph 3 that deals with the adaptations of the pedagogical proposals of the institutions of Early Childhood education that attend the children of the field. It was also identified that in spite of the structural deficiencies discordant to the Parameters, in terms of infrastructure and professionals, the nursery has a very dedicated team of teachers, however, they need training to better develop their practices.

Keywords: Field Education. Child education. Publicpolicy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Creche Antônio Souza Maranhão Júnior.....	30
FIGURA 2: Creche Antônio Souza Maranhão Júnior: Histórico.....	32
FIGURA 3: Salas de atividades da Instituição.....	33
FIGURA 4: Salas de atividades da Instituição: carteiras apropriadas.....	34
FIGURA 5: Salas de atividades da Instituição: brinquedos disponíveis.....	34
FIGURA 6: Sala multiuso da Instituição.....	35
FIGURA 7: Área administrativa da Instituição.....	35
FIGURA 8: Pátio coberto da Instituição.....	36
FIGURA 9: Cozinha da Instituição.....	37
FIGURA 10: Área de serviços da Instituição.....	37
FIGURA 11: Área externa da Instituição.....	38

LISTA DE SIGLAS

MEC – Ministério de Educação

PEPE – Programa de Educação Pré-Escolar

ENERA – Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PNPM --Plano Nacional de Política para as Mulheres

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCAÇÃO DO CAMPO: TEORIAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	17
2.1. Concepções e definições de políticas da Educação Infantil e Concepção de Educação Infantil	17
2.2. Políticas públicas para Educação do Campo e Educação Infantil do campo.....	23
2.3. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil.....	28
3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CRECHE ANTÔNIO SOUZA MARANHÃO JÚNIOR.....	30
3.1. Identificação dos Sujeitos e Caracterização da Instituição.....	30
3.2. As práticas pedagógicas dos professores.....	38
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
5. REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como tema as práticas pedagógicas da Educação Infantil do Campo da Creche Antônio Souza maranhão Júnior, localizada na zona rural do município do conde. O interesse por esse tema surge a partir de algumas experiências proporcionadas na disciplina de Educação Infantil, cursada no 9º período do Curso de Pedagogia – Educação do Campo, sob a regência da professora Adelaide Alves Dias.

Em 2016 foi realizada uma atividade de observação na referida instituição, tal atividade resultou em um relatório em que foi abordada a identificação da creche, que é o campo desta pesquisa, as instalações físicas, formações dos profissionais que atuam nesta instituição bem como as suas práticas pedagógicas.

A educação infantil brasileira vem se consolidando como uma preocupação e uma produção de conhecimento relativo à realidade vivida por crianças de famílias tanto da zona rural quanto famílias de zona urbana, e a defesa de cumprimento do direito à Educação Infantil, sendo as crianças assistidas com a mesma qualidade, mas respeitando-se os diferentes modos de viver e seus costumes culturais (SILVA; PASUCH; 2012).

Apesar disso, dados do Ministério da Educação e do Ministério do Desenvolvimento Agrário¹ (BRASIL, 2011, p. 4) apontam que crianças de 0 a 5 anos e onze meses residentes em áreas rurais vivem um processo de ocultamento, omissão e acesso desigual às políticas públicas apontam que:

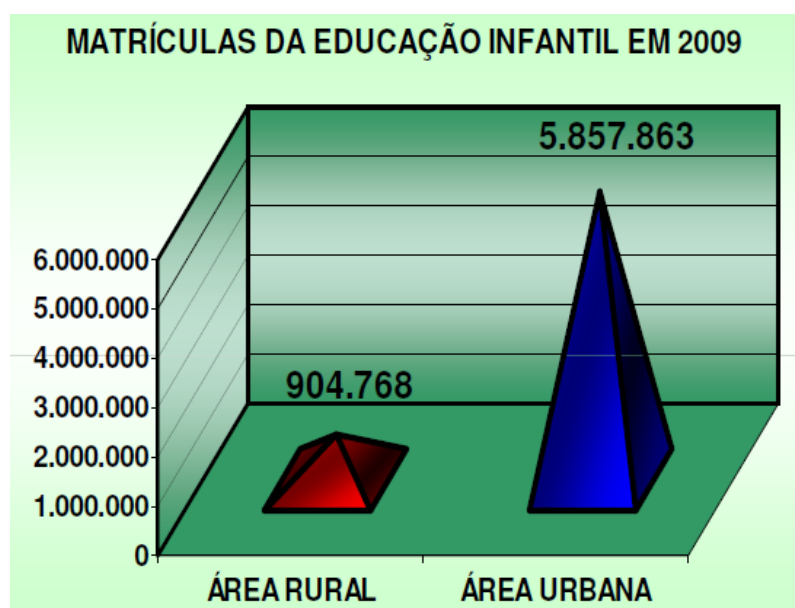
As crianças de 0 a 6 anos do campo encontram-se praticamente excluídas da educação infantil. Os indicadores nacionais evidenciam a desigualdade de acesso e a praticamente inexistência de instituições no caso do segmento de 0 a 3 anos de idade. Enquanto que na população infantil urbana a taxa de frequência à creche, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD 2008, era de 20,52%, nos territórios rurais era de 6,83%. Para as crianças de 4 e 5 anos, as porcentagens eram de 63,37 e 42,66 respectivamente. Mais especificamente nas áreas de reforma agrária, a realidade das crianças assentadas em 2005 era a seguinte: 0,1% frequentam creche

¹ Dados apresentados no documento: BRASIL. SECADI. **EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO**. Proposta para a expansão da política. BRASÍLIA –DF. Março de 2014. (Documento produzido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional -GTI, instituído pela Portaria Interministerial número 6/2013, assinada pelos Ministros de Estado da Educação, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

familiar ou informal; 0,8% frequentam creche organizada como escola; 5,1% frequentam pré-escolas e 2,3% frequentam classes de alfabetização. A Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária apontava ainda que apenas 3,5% das instituições educacionais do campo possuíam atendimento para crianças de 0 a 3 anos.

Também como se pode ver no gráfico 1 a disparidade da oferta de matrículas na Educação Infantil entre a área rural que apresenta apenas 90.768 matrículas enquanto que na urbana o número de matrícula chega a 5.857.863.

GRÁFICO 1: Matrículas na Educação Infantil



FONTE:DEAVE/SECAD/MEC/INEP-2009²

Diante deste quadro de desigualdade da Educação Infantil no campo destaca-se a necessidade de haver uma educação que contemple essa realidade e também torna evidente a importância desse estudo.

Discutir as práticas pedagógicas no âmbito da educação infantil se faz necessário, pois possibilita um maior contato com a instituição investigada, devendo fazer parte da programação dos cursos de formação de profissionais da educação. Tal discussão é de extrema importância, principalmente no curso de Pedagogia que tem a educação do campo como área de aprofundamento.

Conforme explicito nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, acredita-se que ambientes variados podem favorecer diferentes

²MEC/SECAD Educação Infantil do campo: desafios e possibilidades. Brasília, DF – 10 de dezembro de 2010.

tipos de interpretações e que o professor tem papel importante como organizador dos espaços onde ocorre o processo educacional. Neste sentido as análises sobre as práticas pedagógicas possibilitou experiências únicas através do contato direto com o meio profissional pedagógico

Considerando o objeto desta pesquisa, buscamos conhecer as práticas pedagógicas de professores (as) de uma creche do campo, partindo do seguinte questionamento: Como as educadoras desenvolvem suas práticas pedagógicas nas atividades das crianças na Creche Antônio de Souza Maranhão Júnior?

Para atender o objetivo principal responder a problemática aqui levantada, o trabalho traçou os seguintes objetivos específicos: identificar e caracterizar as práticas pedagógicas na educação infantil da referida creche, reconhecer as políticas de educação infantil do campo.

Dessa forma, torna-se relevante este trabalho, pois fomenta um debate importante em torno da educação infantil abordada por vários especialistas no assunto que buscam uma melhor qualidade na educação de modo geral.

Em relação à metodologia, o trabalho consiste numa pesquisa qualitativa que é definida de acordo com Heloisa Helena (2004) como aquela que dá prioridade à análise de micro processos, através do estudo das ações sociais, individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizado pela heterodoxia no momento da análise.

A investigação define-se como uma pesquisa qualitativa, de tipo exploratório e analítico. Conforme Martins (2004), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela flexibilidade em sua realização, principalmente pelas técnicas de coleta de dados, que são incorporados aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.

Esse método de pesquisa justifica-se por proporcionar melhor compreensão da realidade investigada. Segundo Costa (2009), “as ideias centrais que orientam esse tipo pesquisa são pautadas nas análises de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores e na variedade de abordagens e métodos. Neste sentido, a pesquisa qualitativa diferencia-se da quantitativa”.

No tocante aos procedimentos, os dados foram obtidos por meio de análise de documentos, observação e entrevistas. Tais procedimentos tiveram como objetivo identificar as concepções e as políticas de educação infantil. A entrevista realizada com três professoras foi composta por quinze perguntas abertas e buscou

captar as ideias e práticas pedagógicas a partir da fala dos professores da referida creche e caracterizar as práticas pedagógicas de educação infantil no campo.

Para reconhecer as políticas de educação infantil do campo foram consultados os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil. Por fim, buscamos compreender nosso objeto a partir da leitura e análise de textos de autores que tratam da temática da Educação do Campo e da Educação Infantil tais como: Silva; Pasuch; Silva(2012); Caldart(2012); Molina (2010, 2012).

A apresentação dos resultados dessa pesquisa está estruturada em três capítulos. Inicialmente a introdução, onde se encontramos aspectos metodológicos e procedimentos. O capítulo 2 onde constam os aspectos teóricos referentes à concepção de educação infantil, uma breve discussão conceitual sobre Educação do Campo e sobre as definições políticas sobre a Educação Infantil. No capítulo 3 apresentamos os resultados da pesquisa empírica e análise dos dados, com destaque para a caracterização da creche onde se realizou a pesquisa, e os resultados das entrevistas com as professoras.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL EDUCAÇÃO DO CAMPO: TEORIAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Neste capítulo buscamos fundamentação teórica em autores que tratam da Educação Infantil, como Molina (2010), Silva, Pasuch, Silva. (2012); Silva, Pasuch (2010) que abordam dois assuntos desafiadores como Educação do Campo e a Educação Infantil do Campo, dois temas de destaque na educação que possuem saberes acumulados que, até recentemente, não eram evidenciados e eram construídos de maneiras paralelas.

2.1. Concepções e definições de políticas da Educação Infantil e Concepção de Educação Infantil

A Educação Infantil em geral e a do campo obteve grandes avanços, especialmente depois a LDB de 1996 quando passou a ser reconhecida como direito e etapa da Educação Básica. Além disso, segundo Silva, Pasuch, e Silva(2012), embora existam grandes avanços na Educação Infantil como: acervos de artigos, livros, e materiais didáticos que colaboram para socialização de conhecimento para variados públicos e na melhoria das práticas pedagógicas para uma educação de qualidade os impasses para essa realidade continuam sendo desafios constantes para alcançar uma educação voltada para as realidades de famílias com costumes e saberes diferentes adquiridos nos espaços vividos entre amigos e familiares que constroem seus ambientes.

Um dos grandes desafios na garantia do direito à Educação Infantil dos bebês e crianças do campo é articular os princípios orientadores da Educação Infantil como um todo às formas como é feito seu atendimento nas diferentes modalidades territoriais. Se os princípios são os mesmos para todas as crianças de nosso país, moradores da cidade e do campo como meio de garantir igualdade de direitos e um atendimento de qualidade, as formas de sua implantação nos diferentes contextos necessitam estar organicamente vinculadas à realidade e à dinâmica da vida das crianças e das famílias. (SILVA; PASUCH; SILVA. 2012, p. 37)

Apesar de ser direito garantido para as crianças ter uma Educação Infantil de qualidade, de acordo com sua territorialização não, acontece na prática vivenciada nas escolas, as formas de como são aplicados os atendimentos para as crianças e famílias

são extremamente desrespeitosas com suas culturas, ou seja, seus conhecimentos não são valorizados.

É de extrema importância que tenhamos profissionais qualificados e capacitados para exercer a profissão de educador e gestor para garantir a implantação de uma educação voltada para a realidade e a dinâmica da vida das crianças e suas famílias. Mesmo que a escola do campo esteja situada na cidade, há necessidade de trabalhar a realidade dentro da cultura trazida pelos os alunos, garantindo assim um direito adquirido por lei.

Enfrentar tal situação dentro do sistema educacional formal é de extrema importância e requer certa urgência, pois é uma estratégia para cooperar na formação da identidade da Educação infantil do Campo para prevenir políticas de flexibilização necessárias para o campo não seja usada como argumento para a diminuição no custo do atendimento, aumentando assim a exclusão na educação Infantil oferecida às crianças da cidade como às crianças da “escolinhas do campo” sem condições mínimas de comportar os alunos estruturas físicas para um atendimento de qualidade.

Trabalhar a educação infantil dentro deste contexto é também explorar espaço que envolve os arredores da escola, pois se trata de uma atividade onde as crianças e (os) professores (as) podem estudar as formas geométricas, cores, tipos de plantas, tipos de animais, como eles se desenvolvem, O porquê da chuva? Por que escurece? Essas vivencias possibilitam aos professores (as) transmitir para as crianças emoções para um aprendizado significativo e interessante relacionado com o seu contexto social e cultural, assim a autora:

A educação infantil do campo apresenta uma riqueza em termos de exploração dos recursos naturais, pode ser um momento em que as crianças se envolvam em explorações e expedições ao redor da instituição, o que é possível de ser feito inclusive com os bebês, em passeios no entorno da creche/pré-escola e na vizinhança. (SILVA; PASUCH; SILVA. P. 125)

De acordo com Adelaide Alves Dias (2012) que tem uma abordagem importante “O Surgimento do Conceito da Criança e da Infância” como um tempo de diferente dos demais foi forjada historicamente de tal forma que, durante séculos, a noção de criança se restringia a um período de tempo de vida na continuidade biológica das gerações.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (BRASIL, MEC, 2012, p. 7) esta etapa da educação compreende a educação infantil em creches e pré-escolas como direito social das crianças, a se afirmar na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação.

O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação (BRASIL, MEC, Diretrizes Curriculares Da Educação Infantil, 2012, p. 7).

Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, MEC, Diretrizes Curriculares Da Educação Infantil, 2012, p. 12).

Se tratando da Educação infantil todas as crianças devem ser matriculadas de acordo com a faixa etária correspondente ao tempo certo para frequentar uma sala de aula, seja numa creche do campo ou numa creche da cidade cumprindo com uma jornada de tempo de quatro horas ou em horário integral.

É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil. 9 A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças. É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição (BRASIL, MEC, Diretrizes Curriculares Da Educação Infantil, 2012, p. 15).

Como podemos ver todas as crianças devem ter oportunidade de iniciar a educação infantil garantida por lei. Todas as Creches devem estar dentro do padrão exigido pela legislação. Aquelas que não estão ainda dentro desse padrão devem se adequar ao mesmo. As famílias são contempladas a partir do momento que pode matricular seu filho próximo a sua residência e podendo escolher o horário se integral ou parcial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, aprovado no ano de 1990 pela Lei Nº 8.069/90 (BRASIL, 1990), aprovou os direitos Educadores assegurados pela Constituição Federal e normatizou a proteção integral destes sujeitos. Reafirmando o dever do Estado de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos (capítulo IV, art. 54, inc. IV), assim como determinou ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular do atendimento (capítulo VII, art. 208, inc. III).

O direito à educação é igualitário para todos. Especificadamente para a Educação Infantil –esse direito foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no ano de 1996, pela Lei Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996)

A LDB estabeleceu no Artigo 89, do Título IX, Das Disposições Transitórias, o prazo de três anos, a partir da publicação da Lei, para a integração aos respectivos sistemas de ensino de todas as creches e pré-escolas existentes e das que venham a ser criadas tanto particular com pública. A obrigação do Estado em relação à Educação Infantil foi explicitada no seguinte artigo:

Art. 4º O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]; IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 1996). Em seção específica –

Seção II – “Da Educação Infantil” – encontrou na LDB a definição de sua finalidade, os tipos de oferta e o formato e objetivos da avaliação:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. (BRASIL, 1996).

Na Política Nacional para as Mulheres aprovada em 2004, referendada em 2007 e 2011 e sistematizada atualmente no Plano Nacional de Política para as Mulheres 2013-2015 cuja orientação, dentre outros, passa pela autonomia das mulheres em todas as dimensões de suas vidas, busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os campos e a transversalidade de gênero em todas as políticas públicas, a oferta de creche torna-se fundamental.

O PNPM estabelece como meta “ampliar a oferta de creches e outros equipamentos públicos que interferem na divisão sexual do trabalho, na cidade e no campo” e “apoiar a construção de 6 mil unidades de creches e pré-escolas até 2014”. Como linhas de ação estabelece a “ampliação da oferta de equipamentos públicos e de políticas que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, promovendo sua autonomia, inclusive para sua inserção no mercado de trabalho”.

No que se refere à formação dos professores de Educação Infantil, a LDB determina a formação em nível superior. Entretanto, admite, conforme art. 62, que a formação mínima seja a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A Constituição determinou com clareza a competência dos municípios no tocante à Educação Infantil, visto que são eles que devem manter, com a cooperação técnica e financeira da União e dos estados, a oferta pública, gratuita e de qualidade da educação infantil.

A Emenda Constitucional 59, de 11/11/2009 - que tornou obrigatória a educação básica dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, desta forma a matrícula das crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos na Educação Infantil passa a ser obrigatória. Define ainda em seu artigo 6º que o disposto no inciso I do artigo 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 53,54 e 71, reforça além do fato do direito à Educação Infantil se constituir em dever do Estado, também o regime de colaboração.

A oferta da Educação Infantil para os bebês e crianças residentes em área rural, regularizada e normatizada pela legislação citada acima, mostra, que é de extrema importância a colaboração da União, do Distrito Federal e dos Estados com os municípios para que seja ofertado vagas para todas as crianças.

Os parâmetros ressaltam também que a “ docência, junto com as crianças, prepara o ambiente da educação infantil, organiza-o a partir do que sabe que é bom e importante

para o desenvolvimento de todos [...] A criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado” (pg.9). Essa “preparação do ambiente da educação infantil” torna-se perceptível e significativo diante da observação e pesquisa feitas em qualquer ambiente educacional. E na Creche Antônio Souza Maranhão Junior não foi diferente.

Os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil recomendam que “a capacidade máxima das instituições de educação infantil seja referenciada no atendimento a 150 crianças em regime de horário integral ou por turno” (pág.2) A Creche Anglicana Antônio Souza Maranhão Júnior atende ao todo 72 crianças, um pouco próximo do que estabelece os Parâmetros.

Recomenda também que “a acessibilidade seja garantida por meio de rampas de acesso ou plataforma de percurso vertical com as adaptações necessárias para garantir total segurança, conforme NBR 9050 (ág.27), sobre essa questão, a Creche observada não atende à essa exigência prevista em lei.

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil define como devem ser as propostas pedagógicas da Educação Infantil:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Como se pode observar a educação ofertada à infância deve considerar a criança como sujeito histórico e de direitos que vive interações relações e práticas e, portanto a educação deve estar atenta a estas especificidades.

O artigo 3º da Resolução 5/2009 trata do currículo na Educação Infantil assim considerado:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Nessa direção é fundamental que as práticas pedagógicas dos educadores estejam focadas nos saberes que fazem parte do cotidiano das crianças. Assim, torna-se fundamental desenvolver ações pedagógicas que se reportem aos modos de vida, à natureza do trabalho, às culturas da comunidade onde a escola está localizada,

É importante destacar que o artigo 8º em seu § 3º trata das propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta. E afirma que as propostas pedagógicas devem:

- I - reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;
- II - ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;
- III - flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;
- IV - valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;
- V - prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as Características ambientais e socioculturais da comunidade.

Como podemos observar, a resolução oferece um conjunto de orientações às práticas pedagógicas dos educadores que lidam com a Educação Infantil de crianças do campo. Estas orientações devem estar presentes no projeto pedagógico das creches e no cotidiano das aulas. Momentos de atividades lúdicas, de socialização, de atividades práticas que desenvolvam as diferentes habilidades das crianças.

2.2. Políticas públicas para Educação do Campo e Educação Infantil do campo

A educação no e do campo é vinculada aos movimentos sociais e às lutas camponesas no intuito de buscar um novo olhar direcionado a educação destinada aos povos do campo visto dentro do princípio de igualdade social e a diversidade cultural da educação do campo e da cidade, nem sempre foi dada importância a esta necessidade, só a partir das lutas intensificadas e da participação popular, dos movimentos sociais reivindicando seus direitos.

Foi partindo dessas mobilizações que segundo Molina (2012, p. 585) a educação do campo dentro desse contexto tornou-se debate dentro da política pública na garantia do direito a educação para a população do campo iniciando, com a luta dos “sem terras” garantindo direito a educação nas áreas de “reforma agrária”

Por conta dessa conquista foi aumentando as exigências para a:

[...] a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e na sequência, com a ampliação das lutas pela a garantia do direito a educação para todos os povos do campo, organizadas e desencadeadas coletivamente a partir da I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, em 1998. (MOLINA. 2012, p. 585)

Essa conquista foi dada através de lutas intensificadas por movimentos sociais dos sem-terra resultando em grandes benefícios para a população que vive na zona rural precisando de uma educação digna, tanto para os adultos como para as crianças.

De acordo com o Trabalho Interinstitucional – GTI – criado a partir das demandas dos movimentos sociais e sindicais para a Educação Infantil no Campo, instituído pela Portaria Interministerial nº 6, de 16 de maio de 2013, cujo objetivo foi apresentar proposta e critérios para a expansão da política de educação infantil voltada às populações do campo, conforme; Decreto Presidencial nº 7.352/2010 bem como compartilhar as seguintes atribuições:

- Apresentar estratégias para a expansão da política de educação infantil, creche e pré-escola que contemplem mecanismos de convergência de programas e ações do governo federal, com foco no desenvolvimento integral de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e onze meses;
- Estudar, formular e apoiar possibilidades e iniciativas adequadas à realidade e às diversidades do campo, respeitadas as orientações vigentes na legislação e normatização da educação infantil e da educação do campo;
- Propor alterações na política de formação de professores da educação infantil para contemplar as especificidades do campo;
- Monitorar a expansão da educação infantil no Programa Nacional de Educação no Campo - PRONACAMPO e no Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA;
- Recomendar políticas e ações, no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, que articuladas com a educação, contribuam para a autonomia econômica das mulheres do campo. (BRASIIA, 2010. Pg. 3)

Mesmo com tantas conquistas tanto a educação do campo quanto a da cidade vivem em constante processo de transformação para que seja alcançada uma educação de qualidade em prol de todos que tem os mesmos direitos. Os programas oferecidos pelo governo federal muitas vezes não chegam as escolas e quando chegam das muitas vezes não são colocados em práticas.

No ano de 1997, os movimentos se articularam promovendo vários eventos para pensar e discutir propostas de políticas de Educação do Campo essas propostas nasceram a partir dos encontros: Encontro Nacional Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, duas conferencias nacionais por uma Educação do Campo em 1998 e 2002 almejando progredir nas organizações dos movimentos e a participação na mobilização de lutas nas reivindicações por direitos sociais acerca das políticas de Educação do Campo, nos dias 16 e 17 de agosto de 2010, em Brasília, com a presença de vários movimentos sociais do campo e de representantes do Ministério do desenvolvimento Agrário e da Educação, partindo dessas conferencias surgiu o Fórum Nacional do Campo, que segundo Batista (2011, p. 60) tem como objetivo.

O exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação políticas com vistas a implantação, a consolidação e, mesmo, á elaboração de preposições de políticas públicas de Educação do Campo.

Esses avanços trouxeram para comunidade rural uma esperança relacionada ao sistema educacional, além da intensificação de lutas e reivindicação políticas estiveram acompanhando e fiscalizando a execução dos projetos voltados para a Educação do Campo. Mesmo com toda essa atenção, não só a Educação do Campo, mas a Educação Urbana necessita de melhorias para uma educação digna e valorizada, iniciando da Educação Infantil, pois se trata de formação de futuros cidadãos independentemente de cor, raça e etnia.

A educação do campo tem sido estudada por autores. Segundo Molina(2010, p.40) “a Educação do Campo é compreendida como particularidade de um movimento histórico que é universal. Ela é a expressão particular do conhecimento da educação e da escola universais”. Porem trata-se de uma educação diferenciada que busca trazer as especificidades da vida, do trabalho no campo se diferenciando da educação da cidade, assim como também da educação rural caracterizada como aquela

oferecida pelas escolas rurais, mas que se espelha na educação da cidade e desconsidera os processos culturais que caracterizam a vida dos camponeses. Portanto, deve ser compreendida no plano das diferenças como uma educação voltada para a realidade dos povos do campo: camponeses, ribeirinhos, quilombolas e indígenas respeitando as diversidades culturais desse público.

Algumas categorias explicativas da Educação do Campo surgidas nas discussões foram: luta, trabalho, poder, classe, saber, cultura, relações sociais de produção, emancipação, libertação, contradição, sujeitos. Os sujeitos da Educação do Campo são os trabalhadores subsumidos pela lógica do capital (ribeirinhos, quilombolas, sem-terra, indígenas...). Sujeitos políticos coletivos, sujeitos históricos, organizados na perspectiva da luta de classes(MOLINA, 2010p.40)

Um dos referenciais para a Educação do Campo é a teoria dialógica de Freire(1983): “unir para libertar, fazer a síntese para libertar, construir para compreender, com a intencionalidade de possibilitar aos sujeitos a leitura do mundo numa perspectiva transformadora”.

Como conceito em construção a Educação do Campo, sem se deslocar o movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E como análise, e também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em cursos em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação. (CALDART, 2012.p.257).

De acordo com Batista (2012, p53), a Educação do Campo traz uma retrospectiva das lutas dos movimentos sociais em busca de melhorias para os trabalhadores do campo. A Educação do campo vem desde do século passado.

A educação, especialmente no meio rural pouco se fez do período colonial que se estende de 1500 a 1822 até a independência. A educação a cargo dos jesuítas traz a marca do ensino religioso católico, a qual era destinada aos índios e a elite colonial. Além dos costumes da religiosidade da ideologia europeia que era difundida, a educação clássica e humanista, copiava o modelo educacional da época. (BATISTA, Xavier. 2012. Pg.55).

Há uma diferença entre educação do campo e escola do campo. A Educação do Campo trata-se de educação que surge dos movimentos sociais partindo da necessidade de uma população que reivindica uma educação de qualidade voltada para as crianças e famílias que vivem na zona rural, considerando seus costumes e saberes adquiridos com familiares e amigos no seu cotidiano.

A escola do campo deve nascer e se desenvolver de acordo com as necessidades desses movimentos sociais e deve orientar seu projeto pedagógico de acordo com a Educação do Campo, partindo das vivências e experiências de vida buscando uma formação humana. Ela se desenvolve ao longo das lutas dos movimentos sociais camponeses por terra e educação.

Sendo assim exigida uma educação do campo voltada para o povo do campo com educadores que vivem essas experiências para contribuir com a escola do campo. Apesar de grandes avanços podemos encontrar várias falhas nas escolas do campo apesar da precariedade na infraestrutura poucos são os professores capacitados para lecionar na escola do campo.

As práticas pedagógicas da Educação do Campo são discutidas em todos os lugares com participação de grupos diferentes, movimentos sociais, organizações camponeses, estudantes e principalmente com professores, agentes transformadores da educação, no intuito para que essas práticas sejam voltadas para a realidade das crianças e familiares que fazem parte da zona rural e vive da agricultura, respeitando suas culturas e seus costumes.

Em decorrência da negação do direito à educação infantil às crianças do campo os movimentos sociais passam a demandar que seja ofertada uma educação que respeite a diversidade da população infantil do campo.

Estas demandas resultaram na criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI -para a Educação Infantil no Campo, instituído pela Portaria Interministerial nº 6, de 16 de maio de 2013, com o objetivo de apresentar proposta e critérios para a expansão da política de educação infantil voltada às populações do campo, conforme Decreto Presidencial nº 7.352/2010 bem como compartilhar as seguintes atribuições. O documento elaborado por este grupo

Segundo Silva e Pasuch (2010, p.2) há uma necessidade de se ofertar uma Educação Infantil do Campo que contemple as diversidades das populações do campo.

Uma educação infantil que valorize suas experiências, seus modos de vida, sua cultura, suas histórias e suas famílias, que respeite os

tempos do campo, os modos de convivência, as produções locais. Uma educação infantil que permita que a criança conheça os modos como sua comunidade nomeia o mundo, festeja, canta, dança, conta histórias, produz e prepara seus alimentos. Creches e pré-escolas com a cara do campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos.

Essa percepção de uma Educação Infantil diferenciada surge das proposições do movimento Por uma Educação do Campo, composto por uma articulação de diversos movimentos sociais do campo que desde os anos 1990 vem lutando para que as populações do campo tenham acesso à Educação em todos os níveis e seja uma educação que respeite e valorize o trabalho, os modos de produzir, as culturas dos diversos grupos de populações que vivem nos distintos territórios rurais.

2.3. Práticas Pedagógicas na Educação Infantil

Existem diferentes práticas pedagógicas dos educadores que variam de acordo com a posição teórica e política do educador. Souza e Santos (2007, p. 216-217) distinguem duas diferentes concepções de práticas do professor: transmissora/reprodutora e problematizadora/transformadora. Destacamos a segunda pois acreditamos que a prática docente deve ser conforme pensa Paulo Freire, uma prática problematizadora/transformadora.

é o resultado da interação entre teoria e prática. Encontra-se baseada na prática social como definidora da ação do professor com os seus alunos. Compreende a realidade vivida e tenta produzir outra realidade material e humana. Configura-se como uma prática criadora. O conhecimento não é visto como algo estático, podendo ser questionado. O saber é produzido conjuntamente e a relação entre professor-aluno é horizontal, não havendo ações autoritárias no processo de ensino-aprendizagem, embora não seja ignorada a diferença de formação e de saberes entre eles.

Em todos os processos educativos acreditamos que deva haver por parte dos educadores comprometimento, respeito e ao educando, buscando a formação de seres humanos autônomos, conscientes de seu tempo e de sua realidade e se comprometam com a transformação social.

As práticas de professores de Educação Infantil exigem especificidades, conforme aponta Barbosa (2009, p.8),

As crianças pequenas solicitam aos educadores uma pedagogia sustentada nas relações, nas interações e em práticas educativas intencionalmente voltadas para suas experiências cotidianas e seus processos de aprendizagem no espaço coletivo, diferente de uma intencionalidade pedagógica voltada para resultados individualizados nas diferentes áreas do conhecimento. Para evitar o risco de fazer da educação infantil uma escola “elementar” simplificada, torna-se necessário reunir forças e investir na proposição de outro tipo de estabelecimento educacional. Um estabelecimento que tenha como foco a criança e como opção pedagógica ofertar uma experiência de infância potente, diversificada, qualificada, aprofundada, complexificada, sistematizada, na qual a qualidade seja discutida e socialmente compartilhada, ou seja, uma instituição aberta à família e à sociedade.

Na Educação Infantil o professor não trabalha sozinho, ele compartilha responsabilidades e atividades com vários profissionais, por isso todos que trabalham na escola se tornam também educadores, como ressalta Barbosa (2009, p.40).

Todos os adultos que participam da escola são educadores. Pois, mesmo quando estão executando suas funções específicas, ensinam as crianças o respeito às suas tarefas profissionais e o cuidado com os outros. Compartilham com elas práticas sociais ligadas à alimentação, ao cuidado do corpo e do ambiente, ao pertencimento a um grupo cultural, ao brincar, à segurança da escola, afinal esses são conteúdos educacionais na educação infantil. As ações cotidianas realizadas nas escolas fazem parte do currículo, por isso é preciso que grande atenção seja dada tanto aos modos como são realizadas essas ações quanto à formação dos profissionais que as executam. Construir uma autoria coletiva envolve muitos personagens, que pouco a pouco assumem a participação no processo de constituição de uma escola de educação infantil.

Portanto, a ação pedagógica na educação Infantil deve ser pensada coletivamente tendo as crianças e suas especificidades culturais, de espaço, psicológicas.

3. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CRECHE ANTÔNIO SOUZA MARANHÃO JÚNIOR

Neste capítulo analisamos os resultados da pesquisa de campo. No primeiro momento apresentamos os sujeitos da pesquisa e a caracterização da instituição pesquisa.

3.1. Identificação dos Sujeitos e Caracterização da Instituição

A Instituição de Ensino de Educação Infantil escolhida para essa observação, foi a Creche Antônio Souza Maranhão Júnior, localizada na Rua Nossa Senhora de Fátima, no Bairro Pausada de Conde, Município do Conde-PB; Fone: (83)9941-6655. Essa Instituição de Ensino é Pública, Municipal e se encontra numa área “semi” rural do referido Município.

O espaço onde funciona a Creche foi cedido por uma igreja cujo nome é “Igreja Anglicana – Paróquia Anglicana do Consolador”, por tanto o nome da creche consta nos registros e documentação como o Projeto Político Pedagógico por exemplo, e não no prédio onde funciona a mesma, conforme ilustrada na imagem a Caracterização da Creche Municipal Antônio De Souza Maranhão.

FIGURA 1: Creche Antônio Souza Maranhão Júnior: ambiente interno



FONTE : Autora

De acordo com as informações da Diretora Josilânia Lucena Pereira, e também conforme pesquisei, essa Instituição pertence à Igreja Anglicana e funciona num espaço ao lado desta igreja, externamente só se vê igreja, mas por dentro é uma creche com toda estrutura interna adequada a uma creche.

Ainda segundo a Diretora Josilânia, neste Bairro só existe essa Creche, que foi criada pela Igreja Anglicana e funciona no espaço cedido por ela. A diretora durante muito tempo foi a esposa do pastor. Porém, depois que a secretaria de Educação do município incorporou a creche ela passou a trabalhar como voluntária na creche com as crianças e com famílias. Ela reside neste bairro – Bairro Pousada de Conde há 6 anos.

A Diretora atual assumiu em janeiro deste ano, ela mora há 25 anos no Município do Conde e reside há 13 anos no bairro Pousada de Conde. A creche começou recebendo ajuda de parceiros na época como: projeto mais Educar, PEPE, HIBRAEMA – PEPE – Programa de Educação Pré-Escolar, voltado para educação infantil.

Apesar da Creche estar ligada à Igreja Anglicana, todas as datas comemorativas que são trabalhadas, pertencem ao calendário regular das escolas em geral pois fazem parte das atividades pedagógicas adotadas na creche. Esses momentos, segundo a coordenadora são de forma lúdica para uma melhora do aprendizado da criança, como por exemplo: a Páscoa, “os coelhinhos não põem ovos, o ovo é de chocolate” enfatizam as professoras na hora de uma atividade comemorativa.

A Creche acolhe todas as crianças da zona rural desta localidade, e de várias religiões, inclusive crianças que os pais participam do candomblé, ou seja, os pais não são obrigados a frequentar aos cultos da igreja, são livres para seguir suas religiões. No entanto, conforme relato de Josilânia antes de cada jornada diária de atividades educativas as crianças passam pela igreja onde participam de orações direcionadas por ela.

Em relação aos professores, participam todas as quartas feiras de um grupo de oração, que estudam tudo sobre as mulheres e que fazem parte da bíblia. Todos os dias os professores levam uma mensagem bíblica para ser lida e compreendida antes do início das aulas.

As crianças fazem oração no início das atividades pedagógicas e antes das refeições. A coordenadora nos relata da importância de trabalhar a semana da Consciência Negra no mês de novembro.

É de total responsabilidade da Prefeitura arcar com o pagamento dos funcionários da Creche, e a merenda a prefeitura distribui de forma balanceada mensalmente, verduras, frutas e carnes semanalmente as frutas e verduras são

compradas aos pais dos próprios alunos que são agricultores do município essas frutas e verduras são todas orgânicas.

A Igreja também cede espaço para adolescentes praticarem atividades esportivas, e dança para ambos os sexos que queiram participar, pois a Creche possui uma quadra bem estruturada para a pratica dessas atividades.

A Instituição Creche Antônio de Souza Maranhão Júnior surgiu a partir da reivindicação da comunidade local ao prefeito da época para que as mães tivessem um ambiente seguro e de qualidade para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, e onde pudessem ter assistência em alimentação, higiene e também acesso à parte pedagógica. Em 2003 e 2004 passou a funcionar em outro imóvel residencial à Rua José Severino Pessoa, 92. Da mesma forma em 2005 e 2006, agora na Rua Projetada S/N, em Pousada de Conde, e nos anos seguintes tornou a funcionar na Rua José Severino Pessoa, 92, na mesma localidade.

FIGURA 2: Creche Antônio Souza Maranhão Júnior: Histórico



FONTE: Acervo da Instituição

Em 2009, período de grandes mudanças, a Instituição deixou de ser mantida pela Secretaria de Ação Social para ser mantida pela Secretaria de Educação, conforme resolução municipal nº 038 de 2005, passando a funcionar ainda num imóvel residencial à Rua Tânia de Fátima Frazão Amorim S/N, situada no Loteamento Santa Marta – Pousada de Conde – Conde – PB.

A partir do ano de 2013, com a gestão atual, a instituição mudou-se para um edifício escola recém construído pertencente a Igreja Anglicana e que foi alugado à Prefeitura Municipal de Conde, situado à Rua Nossa Senhora de Fátima, 400 – Loteamento Santa Marta – Pousada de Conde – PB.

A Creche Anglicana Antônio de Souza Maranhão Júnior possui 1 refeitório; 1 cozinha; 5 salas de aula sendo 3 de atividades para as crianças; 1 secretaria; 1 ambiente amplo para dormitório de crianças; 5 banheiros adaptados para crianças; 2 banheiros em 2 salas de atividades; 1 banheiro para os funcionários; e 1 quadra poliesportiva.

FIGURA 3: Salas de atividades da Instituição



FONTE: Própria autora

De acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, “O espaço físico para a criança de 1 a 6 anos deve ser visto como um suporte que possibilita e contribui para a vivência e expressão das culturas infantis” (pág.16). Considerando essa premissa, a Creche Antônio Souza Maranhão Júnior se enquadra nessas características, pois atende crianças de 2 a 5 anos. A Creche possui 3 salas de atividades, sendo 2 salas com banheiros adaptados para as crianças.

FIGURA 4: Salas de atividades da Instituição: carteiras apropriadas



FONTE: Própria autora

Todas as salas de atividades possuem pisos de cerâmica branca não escorregadio, de fácil limpeza, termicamente confortável. As paredes são uma parte de cerâmica branca e a outra parte revestida de tinta apropriada, de cores claras como amarelo e branco, e de fácil limpeza.

As carteiras são todas pequenas apropriadas para as crianças na idade de 2 a 5 anos. Na creche observada, as salas são identificadas como “Maternal 1, 2, e Pré Escola”, conforme lustrado na figura a baixo.

Há também brinquedos disponíveis para todas as crianças em cada sala de atividade, conforme ilustra a figura abaixo.

FIGURA 5: Salas de atividades da Instituição: brinquedos disponíveis



FONTE: Própria autora

As janelas das salas de atividades têm abertura mínima 1/5 da área do piso, permitem a ventilação e a iluminação natural e garantem a visibilidade para o ambiente externo, de acordo com a altura das crianças. Conforme previsto nos parâmetros a creche segue adequada nessa estrutura como podemos observar nas imagens a cima.

FIGURA 6:Sala multiuso da Instituição



FONTE: Própria autora

Sobre a sala multiuso citada nos Parâmetros, a Creche Antônio Souza Maranhão Júnior dispõe de mais 3 salas no primeiro andar do prédio, porém não fazem parte do atendimento à creche, é uma espécie de anexo que são utilizadas esporadicamente nas atividades da creche, uma dessas salas funciona como dormitório para as crianças conforme ilustram a figura acima.

Sobre a área administrativa, de acordo com as observações na Creche, a mesma possui apenas uma secretaria a qual serve também como biblioteca, almoxarifado e sala para gestão, ou seja, é praticamente uma sala administrativa multiuso.

FIGURA 7:Área administrativa da Instituição



FONTE: Própria autora

A educação infantil tem sido abordada nos parâmetros como uma definição para aplicação das políticas públicas e de implementação de projetos pedagógicos nas creches e incentivando estudos referente a Educação Infantil na faixa etária de 0 a 5 anos. São vários os desafios que se coloca a frente desses aspectos, é a realização nas creches e pré – escolas de uma Educação Infantil com práticas que considerem as propostas pedagógicas, como se encontra nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Para essa etapa da educação básica.

Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro, de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (p.20),, diz que “o pátio deve ser condizente com a capacidade máxima de atendimento da instituição, contando com bebedouros compatíveis com a altura das crianças” sobre esse aspecto a Creche atende perfeitamente essas necessidades, como ilustram as imagens abaixo:

FIGURA 8: Pátio coberto da Instituição



FONTE: Própria autora

A Creche observada possui áreas básicas ao serviço de alimentação conforme previsto nos Parâmetros. Os alimentos são preparados na própria instituição.

FIGURA 9: Cozinha da Instituição



FONTE: Própria autora

Segundo os Parâmetros (p.25),, “a lavanderia deve ter acesso independente da cozinha, contemplando tanque; local para máquina de lavar, secadora, quando necessária e possível varal” nesses aspectos a Creche Anglicana Antônio Souza Maranhão Júnior atende corretamente essas exigências, conforme podemos ver na imagem a baixo:

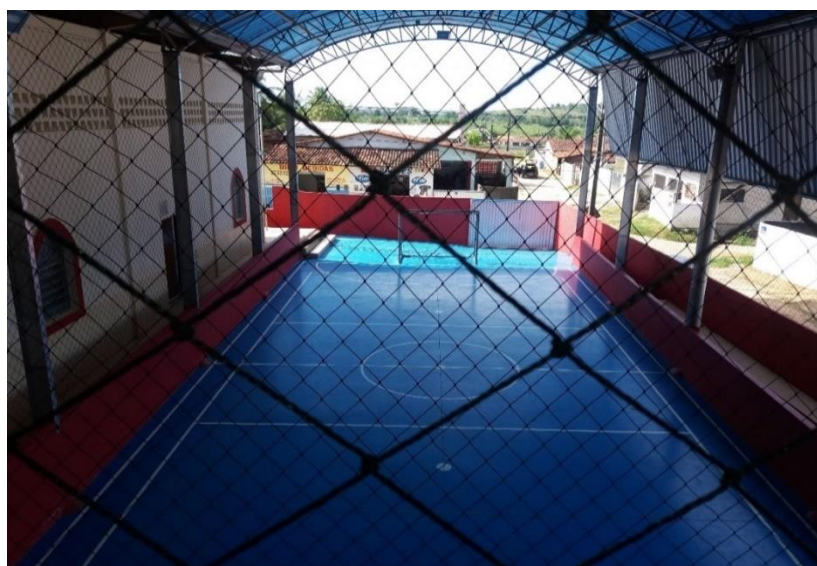
FIGURA 10: Área de serviços da Instituição



FONTE: Própria autora

A área de serviços gerais da Creche contempla: tanque, armário para guardar vassouras, rodos e similares, depósito de material de limpeza. O depósito de lixo é utilizado conforme prevê os Parâmetros, pois a creche gera resíduos acima de 100litros diários. O lixo está em local desimpedido, de fácil acesso à coleta, isolado de áreas de maior circulação pelas crianças, conforme seguem nos Parâmetros.

FIGURA 11: Área externa da Instituição



FONTE: Própria autora

A área externa da Creche corresponde à 20% do total da área construída, não muito adequada para atividades de lazer das crianças pois não possui grama, balanços, bancos, nem casa em miniaturas como prevê nos parâmetros. Para o lazer das crianças, a Creche observada dispõe apenas de uma quadra coberta bem estruturada conforme mostra a imagem acima.

3.2. As Práticas Pedagógicas dos Professores

Apresentamos os resultados da entrevista feita com os professores. Conforme foi explicado na metodologia, e para analisá-las será utilizado como base o referencial teórico apresentado no início deste trabalho. A entrevista foi feita com três professoras separadamente, antes da entrevista foi feita uma conversa com cada uma das professoras da creche Antônio Souza Maranhão Júnior.

Diante das observações, percebe-se que a Instituição atende parcialmente a maioria das necessidades e recomendações previstas nos parâmetros, não existindo a acessibilidade por meio de rampas de acesso ou plataforma de percurso vertical com as adaptações necessárias prevista em lei.

Com base nos estudos deste trabalho foi feita uma pesquisa qualitativa com as professoras da Creche Antônio de Souza Maranhão Junior, no intuito de conhecer suas experiências e seus conhecimentos sobre os assuntos de interesse em sua caminhada profissional. A pesquisa foi feita através de um questionário com quinze perguntas individualmente e gravada. Antes da gravação foi feita uma conversa com cada professora sobre o questionário com as perguntas que seriam feitas as mesmas.

A pesquisa foi concluída no período de uma semana tendo uma carga horária de quarenta horas, sendo um dia de observação e quatro dias participando e contribuindo com os professores em sala de aula incluindo as entrevistas.

Ressaltando o que disse Freire (1996, p. 29),

“[...] Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” [...].

As professoras responderam às perguntas de forma segura de acordo com suas experiências e práticas adquiridas ao longo de sua caminhada como educadora de Educação Infantil do Campo da Creche Antonio de Souza Maranhão Júnior localizada numa área rural do Município do Conde.

A primeira professora entrevistada tem 29 anos, graduada em Pedagogia, concluiu na instituição UVA, em João Pessoa, pretende fazer especialização em Educação Infantil e, é moradora do mesmo bairro da creche citada acima.

A mesma leciona há três anos nessa instituição na turma do maternal, contendo 12 alunos matriculados, frequentando 10 no momento. A sala é composta por um armário de três portas, acompanhado de três prateleiras onde são guardados os materiais didáticos para as atividades pedagógicas. O início da aula se dá sempre com as crianças cumprimentando umas às outras.

Em relação ao conceito de Educação infantil, a resposta da primeira professora entrevistada trata-se de uma concepção voltada para sua realidade e experiência adquirida ao longo do tempo trabalhando com crianças nessa faixa etária.

E uma área onde o professor trabalha com uma educação voltada para só para a criança, no meu caso trabalho com uma turma da faixa etária de 02 anos eu trabalho a coordenação motora das dessas crianças. (PROFESSORA DO MATERNAL I, 2017).

A professora relata mediante aos seus conhecimentos como é ensinar educação infantil na zona rural e o seu entendimento sobre educação do campo. Comparando o seu ponto de vista com a autora do livro Educação Infantil do Campo quando ela questiona sobre esses desafio.

Que aspecto da educação infantil necessitam ser oferecidos para vivencias de todas as meninas e meninos brasileiros de até seis anos de idade? Que aspecto são específicos para as crianças de determinada comunidade do campo ou para as crianças de um grupo ou para criança de um grupo social morador de uma cidade?(SILVA; PASUCH SILVA, 2012, p. 74).

De acordo com a professora do maternal I:

É bom, temos como mostrar a eles a realidade da cultura, mesmo sendo tão pequeninos, mas é o que mais eles gostam. Entendo que educação do campo está voltada não só para zona rural até mesmo porque quando eles crescerem vão conhecer outra realidade, coisas diferentes e que a gente possa fazer eles entenderem. (PROFESSORA MATERNAL I, 2017).

Diante do exposto pela referida professora, percebe-se que a mesma tem uma consciência sobre suas práticas pedagógicas. No entanto, em sua fala, ressalta a perspectiva de um “futuro melhor” para seus alunos. Tal relato configura-se como um fator negativo para educação do campo, haja vista que os alunos futuramente, podem querer deixar suas origens em busca de uma vida fora da sua realidade, desconsiderando toda história e cultura vivenciada no campo.

Em relação à questão sobre como fazer uma criança feliz na faixa etária que cada professora ensina, a profesora relata que,

[...] como são crianças de dois anos, eles gostam muito de brincar de massinha, pecinha, também gostam, ficam felizes quando conto historinhas, não me podem ver chegar com um livro ficam todos ansiosos para que conte logo historinhas para eles (PROFESSORA MATERNAL I, 2017).

As atividades pedagógicas são planejadas semanalmente e desenvolvidas em sala de aula, segundo a professora do maternal, a mesma faz o plano de aula em casa, mas todos os meses tem um encontro na secretaria de educação no Conde, com uma supervisora que supervisiona todos os planejamentos de todas as professoras da creche. A supervisora comparece na creche uma vez no mês para ver como estamos desenvolvendo o projeto da escola, e deixa um tema e com esse tema planejam as aulas.

Na concepção da professora do maternal as práticas pedagógicas desenvolvidas na creche, estão dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, pelo fato de que recebem todo mês um projeto para desenvolver com os alunos de acordo com as faixas etárias e adequar na realidade dos mesmos.

Em relação ao espaço físico da referida creche, a professora do maternal I explica que,

Como professora, considero o espaço físico da minha sala, adequado para a quantidade de criança que tenho, pois só tenho doze alunos, temos uma de brincadeira na sala, sempre quando terminamos as atividades e aguardam o lanche aproveitamos o espaço físico da sala como um momento particular para introduzir brincadeiras. (PROFESSORA DO MATERNAL I)

A mesma credita que o seu relacionamento com a família dos seus alunos é essencial, pois reside na mesma comunidade, e conhece todas as mães. Algumas dessas mães estudaram com a referida professora na mesma escola. Então, segundo a professora, fica fácil manter um diálogo e a participação das mesmas na escola sempre que necessário.

Existe também a agenda da criança que em casos das mães que não podem frequentar a creche por motivo de trabalho, tiram sempre dúvidas através de perguntas pela agenda onde as respondem todas.

No tocante a profissão docente, a mesma considera que vale muito a pena exercer a profissão de professora, pois ver a criança desenvolver sua coordenação e percepção, e quando chega no final do ano percebe que participou de cada momento, que ajudou no seu desenvolvimento, e ficar bastante feliz com isso.

Apesar da creche Antonio de Souza Maranhão Junior, ser voltada para a religiosidade as datas comemorativas são todas trabalhadas, algumas, não são

aprofundadas, a exemplo disso temos o carnaval que segundo a professora explica para as crianças que se trata de uma festa do mundo.

[...] não mostramos as festas e nem os tipos de músicas. Na páscoa mostramos a eles a realidade falamos do cordeiro, da cruz e os símbolos da igreja, o coelhinho não bota ovo de chocolate (PROFESSORA DO MATERNAL I, 2017).

A professora relata um fato que aconteceu que para ela foi muito gratificante em suas experiências de sala de aula:

[...] tem crianças que as mães perguntam: Vamos comer um ovo da páscoa? E a criança respondeu vamos comer um ovo de chocolate. Isso prova que o que a criança aprende em sala, ela repassa para a família. O São João é normal, dançamos quadrilha com eles, trabalhamos a comida á que a maioria dos pais e avós trabalham na roça uns plantam outros pescam. No folclore, segundo a professora sente dificuldade falamos do saci, curupira e etc. Temos que falar até mesmo por que está no projeto e tudo que está no projeto tem que ser dado. Em dezembro falamos que natal comemoramos o nascimento de Jesus. (PROFESSORA DO MATERNAL I, 2017).

A segunda professora entrevistada tem 35 anos, reside em João Pessoa, concluiu o curso de pedagogia na UFPB, leciona desde dos 18 anos de idade, trabalha na Creche Antonio de Souza Maranhão Junior há 02 anos e, é concursada. Turma-Pré-I, faixa etária 03 anos, composta por 26 alunos matriculados, frequentando 21.

De acordo com a entrevista a professora de número 2 tem como concepção de Educação Infantil uma educação que leva a adaptação da criança na escola.

A educadora responde sobre a concepção de Educação do Campo a professora responde que “É uma educação que precisa ser transformada para acompanhar a realidade das crianças e das famílias que moram na zona rural e vivem da agricultura” (PROFESSORA PRÉ I. 2017).

Considerando o relato acima pode-se inferir que:

Os recursos e matérias na educação do campo infantil do campo, quando bem utilizados e elaborados pelos(as) professores(as) com sensibilidade e criatividade, são naturalmente mais ricos que aqueles presentes nas instituições urbanas, muitas vezes caracterizadas pela restrição de espaços e pelo pouco contato com ambientes naturais. Poder educar o olhar das crianças para esses aspectos, compreendendo como eles constroem as formas de pensar, sentir e agir da criança do campo, constitui em oportunidade para o próprio conhecimento e crescimento profissional do(a) professor(a) (SILVA; PASUCH; DA SILVA. p. 37)

Nesse sentido, o professor da educação infantil do campo deve utilizar o ambiente natural para desenvolver um trabalho em cima da realidade das crianças e suas famílias desde educação infantil, explorando os conhecimentos prévios das crianças compreendendo como elas (es) conseguem construir sua maneira de pensar, sentir e agir de acordo com o seu cotidiano e através dessa prática o educador vai adquirindo as experiências profissionais que levará para sua vida pessoal.

Segundo a entrevista, para a professora fazer uma criança feliz na faixa etária de 03 anos é preciso dar bastante atenção, dar importância ao que ela (e) é capaz de fazer para ajudar a si próprio e aos que estão ao seu lado, e no seu convívio, incentivá-los assim tornam independentes com os materiais, atividades e as brincadeiras.

As atividades são planejadas de acordo com a faixa etária relata a professora, que faz uma avaliação do conhecimento prévio a partir disso planeja as atividades. A mesma acredita que as atividades estão dentro das Diretrizes Curriculares de Educação porque trabalham os conteúdos pertinentes à idade, que está nos Parâmetros Curriculares.

A professora também diz que o espaço da sala é adequado para a quantidade de aluno que tem, mesmo assim utiliza o pátio da quadra para brincar outros tipos de brincadeiras que requer um espaço mais amplo, como é o caso de jogar a bola. De acordo com a disciplina, e o assunto introduz brincadeiras em sala de aula, como: matemática de qualquer forma trabalhou os conteúdos; cores; tamanhos; caixa; forma geométrica; outros brinquedos, outras disciplinas vêm dentro dos conteúdos a ser trabalhado, onde a criança aprende brincando.

Segundo a educadora, há um relacionamento amigável com a família das crianças, em que, num certo limite precisam ter a família dentro da escola principalmente nessa fase. O professor procura saber como está a criança em casa, porque às vezes não quer fazer a tarefa, não quer brincar e chora com facilidade, é necessário estar sempre em contato com a mãe as vezes acontece algo em relação à situação social, sabem que a criança nem sempre tem uma vida tranquila, presença briga dos pais, bebidas, separação e etc. Então, segundo a mesma, é preciso ter essa aproximação com a família para saber como trabalhar esse lado que afeta o emocional das crianças, já que a Creche Antônio Souza Maranhão Junior, não tem psicólogo para trabalhar o emocional da criança e da família.

Em relação às experiências, as professoras relatam que, falar das experiências é de extrema importância nessa entrevista, porque há dificuldades, essas dificuldades de formação de turma grande, poucos os alunos de faixa etária diferentes.

A educação do campo tem essa dificuldade de classes multisseriada, aqui na creche não tem, mas já trabalhei em outra escola aqui mesmo no Conde. Eu tinha uma turma do pré, primeiro ano e segundo ano, essa experiência marcou minha vida, um professor tinha três planejamento, três diários, três falas, três faixas etárias, três cabeças e três fases diferentes, a faixa etária dessa turma multisseriada segundo a educadora, na faixa etária de 6, 7 e 8 anos. Eu conclui que as crianças seriam alfabetizadas (PROFESSOR PRÉ I, 2017).

A professora relata ainda que trabalhava a alfabetização com todos, cujo objetivo era alfabetizar todos por igual.

Eu trabalhava os conteúdos de História, Geografia e Ciências sociais, aprofundava o assunto de forma mais simples, foi tanto que teve uma professora que me orientou a fazer mestrado nessa área [...] as crianças do campo são muito audaciosas em relação às crianças da cidade (PROFESSORA PRÉ I, 2017).

Diante desse relato, entende-se que a forma mais simples de se trabalhar com as crianças da educação do campo era aproveitando a realidade daquelas crianças, em que, a mesmatinha contada com a cultura local, com as plantações, etc.

Ainda no tocante à concepção de educação infantil, a professora III considera como sendo um mundo mágico, que segundo ela, tem que haver disponibilidade, e jeito de trabalhar, acredita que trabalhar com material lúdico contribui para aprendizagem através.

Quando perguntado sobre o ensino da zona rural, a professora apontou uma diferença entre o comportamento dos alunos da zona rural com os alunos da zona urbana, em que, segundo ela, as crianças da zona rural são mais tranquilas do que da zona urbana, apresentando mais facilidade em trabalhar com essas crianças.

Ao questionada sobre a concepção de educação do campo, a professora relatou o seguinte fato:

Eu entendo por educação do campo que é uma educação que temos que levar em conta que os alunos possuem muita bagagem, eles tem muitas experiência para trocar com a gente, muitas vezes os

professores são surpreendidos pelas histórias que eles trazem de casa. Uma vez estava chovendo muito, e eu falei assim: meu Deus como está chovendo, é chuva com força, e a criança respondeu: tia, chuva tem que dar graças a Deus, é a chuva que traz pra gente a nossa alimentação. A criança me deu uma lição nesse momento, eles têm essa bagagem de conhecimento (PROFESSRA PRÉ I, 2017).

Percebe-se, no relato da professora que a criança do campo possui uma identidade muito forte com os elementos do campo, essa identidade é construída desde cedo por essas crianças, isso é um ponto positivo na visão.

Em relação às atividades pedagógicas na visão da professora II, não se enquadram com as Diretrizes Curriculares no tocante ao espaço, pois algumas atividades são feitas no pátio da escola, por ser uma instituição municipal foge um pouco dos padrões. A mesma aponta ainda que o espaço da sala de aula não é adequado para educação infantil. No entanto, mesmo com os desafios, a professora relata que gosta do que faz, por saber que seu trabalho está valendo a pena, mesmo sendo uma profissão árdua, mas gratificante.

Na Observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica. Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais. (DC/NE. BRASIL. 2010. Pg. 5)

A criança é o sujeito principal no planejamento curricular para a Educação Infantil e toda proposta pedagógica garantida por lei, deve ser acompanhada para que seja cumprida e praticada nas instituições para que as crianças aprendam desde cedo seus direitos como cidadão, como viver em harmonia no individual e no coletivo.

Contudo, comparando os relatos das professoras com as experiências vivenciadas no desenvolvimento desta pesquisa, destacam-se situações vivenciadas pelos professores, mediante os relatos das crianças sobre seu cotidiano dentro e fora da creche. Um dos fatos percebidos, por exemplo, foi quando uma criança chegou à sala de aula e falou alegremente: _ “tia este fim de semana fui pescar com meu pai, foi muito bom!”, a professora escutou e respondeu: _ foi? Que coisa boa!” e nada mais acrescentou. Diante dessa situação, a professora poderia aproveitar o momento e mostrar através de uma aula a realidade e cultura daquele aluno, e assim explorar em suas práticas pedagógicas essas experiências. Este é o verdadeiro significado de uma prática pedagógica característica do campo, que se diferencia das práticas tradicionais, pois está intrinsecamente ligada às identidades campesinas e sua cultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo conhecer as práticas pedagógicas de professores de uma creche do campo, buscando identificar essas práticas na Creche Antônio de Souza Maranhão Júnior para o reconhecimento das políticas de educação infantil do campo, sua caracterização. Partindo de uma análise metodológica qualitativa, levantou-se uma problemática pertinente, no sentido de saber como são inseridas diariamente as práticas pedagógicas na referida Creche?

Nesse sentido, o presente trabalho possibilitou o conhecimento das práticas pedagógicas dos docentes da Creche Antônio Souza Maranhão Junior, em que, foi percebida a necessidade de uma melhor capacitação para os docentes, pelo poder público. Com o estudo, foi possível inferir também, que é de extrema importância uma atenção maior para as crianças, no sentido de que, é preciso ter nas creches multiprofissionais para ajudar aos educadores na resolução dos problemas trazidos de casa pelas crianças, em que, afetam os aspectos emocionais, físicos e psicológicos.

Esta pesquisa possibilitou também, uma melhor compreensão sobre a importância do atendimento, tanto à criança que vive no campo, quanto à criança da zona urbana, já que os direitos perante LDB são iguais, tanto para as creches públicas como para as creches privadas.

Todavia, conhecer uma creche que atende crianças do campo funcionando dentro de uma igreja, levantou alguns questionamentos em relação à interferência religiosa na formação das crianças atendidas na instituição. Percebeu-se com as observações, que há uma prática de doutrinação diária na referida creche, pois, conforme a direção, todos os dias antes do início das aulas as crianças são reunidas na igreja para fazer oração, de acordo com os preceitos da Igreja Anglicana.

Identificou-se também, que a Prefeitura tem certas vantagens tendo a igreja como parceira na educação do município, pois muitos recursos para a manutenção da creche, a igreja subsidia, daí a vantagem da prefeitura em manter essa “parceria”.

Com este trabalho, foi possível concluir, que a creche investigada, atende parcialmente as exigências previstas nos Parâmetros Básicos de Infraestruturas para Instituições de Educação Infantil, por não possuir uma área externa de brinquedo de parque, pisos variados, casa em miniatura, balanço e alguns outros atrativos para a diversão das crianças. Dessa forma, fica em débito com as diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Infantil de 2009, art. 8º, §3º que trata das adaptações das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil que atendem às crianças do campo.

Contudo, apesar de algumas deficiências estruturais encontradas, discordantes dos Parâmetros, em termos de profissionais, a creche conta com uma equipe de professores muito dedicada às atividades pedagógica que realizam. Foi perceptível, o cuidado que prestam às crianças. Nesse sentido, mesmo a Educação Infantil sendo a primeira etapa da educação Básica brasileira, precisa-se de mudanças cabíveis para aperfeiçoar o conhecimento dos professores sobre a Educação do Campo.

Todavia, espera-se que algo seja feito em benefício a Educação Infantil do Campoda creche Antônio de Souza Maranhão Júnior, na esperança deque, mesmo com as dificuldadesem se adequar ao que está previsto em lei, a referida creche possa pelo menos se ater à qualidade no ensino, tantos em termos de capacitação profissional, como na estrutura física do ambiente.

Por fim, a presente pesquisa deixa aberturas para novas investigações, no sentido de prosseguir em relatos de experiências como esse, e tantas outras a serem descobertas por outros estudantes, professores e pesquisadores interessados em aplicar projetos em instituições de educação infantil.

5. REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Org). **Movimentos Sociais, Estado e políticas Públicas de Educação do Campo: pesquisas e práticas educativas**. João Pessoa – PB: Editora universitária da UFPB.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Consultora. **PRÁTICAS COTIDIANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - BASES PARA A REFLEXÃO SOBRE AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES**. Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil. BRASIL.MEC.SEB.Brasília. 2009

BRASIL. SECADI. **EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO**. Proposta para a expansão da política. BRASÍLIA –DF. Março de 2014. (Documento produzido pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional -GTI, instituído pela Portaria Interministerial número6/2013, assinada pelos Ministros de Estado da Educação, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil: Encarte 1**. Brasília: MEC, SEB, 2006. II. 31 p.: il. 1. Educação infantil. 2. Infraestrutura escolar. I. Título. CDU 372. Dados CIP e CIBEC.

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 18 de mai. de 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes E Bases - Lei 9394/96** | Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro de 1996 Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/.../lei-de-diretrizes-e-bases-lei-93949>> Acesso em: 03 de jun. de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF v.I. Educação Infantil. 2.Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>Acesso em: 18 de mai. de 2017.

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**.Rio de Janeiro • São Paulo 2012.

DIAS, Adelaide Alves. Estágio Supervisionado em magistério da Educação Infantil I In: Trilhas do Aprendiz - vol. 2.1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v.2, p. 379-417.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. In: MOLINA, M. C; JESUS, SONIA M. S. de. (orgs.). **Por Uma Educação do Campo**: – Contribuições Para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo. Brasília 2004 caderno 5.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

SILVA; PASUCH; SILVA. **Educação Infantil do Campo**. São Paulo: Cortez Editora, 2012

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo**. Novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes?id=16219>. Acesso em 10/05/2017

SOUZA, Maria Antônia de; SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. Educação do campo: prática do professor em classe multisseriada. *Educ.*, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 211-227, set./dez. 2007.

VAZ, Alexandre; MOMM, Caroline. **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis/RS: Nova Harmonia, 2012. (p.189).

APÊNDICE

Questões elaboradas para entrevista com os sujeitos da pesquisa:

1. Qual o nome do professor completo?
2. Instituição onde concluiu o curso superior?
3. Se tem especialização, em que?
4. Lecione há quanto tempo?
5. Na sua concepção como você define Educação Infantil?
6. Para você como é ensinar Educação infantil na Zona Rural?
7. O que você entende por Educação do Campo?
8. Na sua opinião o que faz uma criança feliz nessa faixa etária?
9. Como são planejadas as atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula?
10. As práticas pedagógicas desenvolvidas na creche, na sua concepção está dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil? Porque?
11. Como professor você considera o espaço o espaço físico da sala adequado para a quantidade de criança?
12. Em que situação você introduz brincadeira na sala de aula? Há um momento particular para essas atividades?
13. Como é o seu relacionamento com a família da criança?
14. Você pessoalmente considera que vale a pena exercer essa profissão? Porque?
15. Já que a Creche é voltada para religiosidade como são inseridas nas práticas pedagógicas as questões das datas comemorativas?
16. O que você acha importante falar sobre sua experiência como professor de Educação Infantil do Campo?

Entrevista com a diretora



Turma pré 3 com crianças de 04 anos



Conversa com a turma pré 5anos.

